



ATA DE REUNIÃO DE PLENÁRIO

- CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO -

DATA | 13/10/2014

HORA | 21.00 horas

LOCAL | Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte

Ao décimo terceiro dia do mês de outubro do ano de 2014, pelas 21.00 horas, no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, realizou-se a 4ª reunião de Plenário do Conselho Municipal do Associativismo, sob a presidência do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures, Paulo Piteira, que assumiu a direção dos trabalhos da mesa.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da ata de reunião de 17.06.2014;
- 2) Apresentação do plano de trabalhos das comissões específicas;
- 3) Discussão de plano de atividades e orçamento do município para 2015;
- 4) Outras informações.

1) Iniciada a ordem de trabalhos, foi colocada à consideração do plenário a ata da reunião realizada no dia 17.06.2014, tendo sido aprovada com duas abstenções.

2) O 2º ponto da ordem de trabalhos incidiu sobre a apresentação do plano de trabalhos das comissões específicas.

Foi feita uma síntese dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões criadas na anterior reunião de plenário:

A **comissão específica constituída para o movimento filarmónico** reuniu duas vezes. Na 1ª que decorreu com a participação da comissão preparatória formada em reunião de plenário, foi feita uma análise dos problemas comuns às associações, e discutidos numa 2ª reunião



alargada aos agentes musicais, em que esteve presente a grande maioria das associações filarmónicas. A discussão assentou em três pilares: ensino, sustentabilidade das filarmónicas e respetiva dinamização. A propósito destas temáticas foi equacionada, entre outras, a criação de um gabinete de apoio a candidaturas de projetos de financiamento europeu que envolvem um complexo processo burocrático; a criação de uma plataforma de compras de instrumentos musicais para bandas com vista a uma redução de custos; a possibilidade de premiar as associações mais dinâmicas no que se refere à promoção de atividades. Salvaguardou-se que estas são apenas linhas orientadoras não vinculando as associações.

A ideia enunciada pela SFUP, de criação de um gabinete de apoio para elaboração de projetos de candidatura a financiamento à DGARTES, foi reforçada pela Associação Humanitária Bombeiros do Zambujal.

A Comissão específica para as artes e teatro no espaço público não realizou nenhuma reunião, pelo que não foi ainda entregue texto fundador. Integram esta comissão 4 associações, e a Associação das Coletividades do Concelho de Loures como convidada.

Nuno Paulino apresentou uma proposta de texto fundador da comissão específica, com um conjunto de considerandos, tendo começado por convocar os elementos que compõe esta comissão na sede da Portela de Azóia, para a 1ª reunião no dia 25/10. Foram também convidados à participação, um membro do executivo municipal, um orador convidado da responsabilidade da comissão e ainda um representante de cada uma das associações concelhias. Uma das possíveis propostas da ordem de trabalhos seria a apresentação da mesa e seus contributos para a prossecução dos objetivos desta comissão; a apresentação de projetos nas áreas artísticas pelos constituintes da comissão; a identificação pelos representantes associativos, das atividades existentes em cada uma das associações e quais os meios utilizados para abertura da associação a outros projetos ou pessoas, que se inscrevam. Em síntese, fez-se um convite à participação nesta reflexão, de todas as associações. Foram também exploradas possíveis funções da comissão, como por exemplo, a recolha de dados sobre encenações e reportórios, pesquisa de autores com ligação ao município, dramaturgos que tenham textos, históricos ou não, ou que já foram representados; a criação e partilha de um banco de recursos, permitindo desse modo um conhecimento do existente, nomeadamente materiais técnicos e humanos e experiências cénicas contemporâneas.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões, um dos membros integrantes da comissão, refere que não houve ainda nenhuma reunião, nem contacto entre os membros e que o texto supracitado foi elaborado unilateralmente. Referem, ainda, não poder estar presentes na data proposta, mas em próxima reunião entre os membros da comissão, o texto poderá ser apresentado e discutido. A Sociedade Filarmónica União Pinheirense propõe o envio da proposta lida por Nuno Paulino, à Câmara Municipal para que se distribua pelas associações.



CÂMARA MUNICIPAL

O Vice-presidente propõe que a comissão no final da reunião estabeleça o modelo de organização desta comissão, estando o município disponível para participar nos trabalhos, caso se mantenha o interesse.

Ivo Santos, responsável pela coordenação do grupo de trabalho da **comissão específica para licenciamento dos bares**, informou que reuniram com todas as associações que compõem a comissão, à exceção de uma, com a participação da Associação das Coletividades do Concelho de Loures. Foram discutidos os planos de ação por região e freguesias do concelho, para agilizar a intervenção. Considerou-se que o envolvimento das juntas de freguesia nesta matéria poderia assumir um papel fundamental na requalificação de alguns espaços com vista ao seu licenciamento. Como metodologia de trabalho começou por ser feito um levantamento do existente, por freguesia. Realizando-se reuniões com todas as freguesias, por serem estas as entidades que melhor conhecem a realidade, o que facilita a recolha de informação.

Uma das Juntas de Freguesia lançou a ideia de realização de reuniões de plenário, debates públicos de discussão, esclarecimento de dúvidas, permitindo às associações colocarem as suas questões e perceberem se têm as condições necessárias de licenciamento.

Foi apresentado o *email* criado: cma.bares.loures@gmail.com, para que todas as associações da comissão específica tivessem acesso e se pudesse centralizar os contactos.

Na reunião introdutória com Câmara Municipal de Loures também foi abordada a possibilidade de criação de um manual de procedimentos para o licenciamento de bares, que possa ser consultado por qualquer associação, devendo estar disponível no Portal do Movimento Associativo.

A listagem de contactos das associações foi disponibilizada pelo município à comissão, tendo o seu representante solicitado a todas as associações a respetiva atualização.

A representante da Sociedade Recreativa e Cultural de Pintéus, coloca a questão sobre a necessidade de existir contabilidade organizada nas associações, para evitar problemas legais, tendo dado o exemplo concreto da sua associação que enfrenta uma situação grave neste âmbito.

Ivo Santos da comissão específica para o licenciamento dos bares reforça que o licenciamento está diretamente ligado à Câmara Municipal, sendo que 100% dos bares das associações concelhias não está legalizado. Por parte da Câmara Municipal de Loures a situação está a ser analisada e a Confederação Portuguesa das Coletividades tem disponibilizado ajuda jurídica gratuita, dando uma resposta imediata aos confederados.

Sérgio Pratas enquanto adjunto do Vice-presidente refere que o número de associações que pedem apoio jurídico nesta área à Confederação Portuguesa das Coletividades passou de 8



para mais de 90. A Confederação organizou um conjunto de plenários promovidos em conjunto com a ASAE. Houve 5 reuniões em todo o País. Contudo, a ASAE não conseguiu explicar quais os requisitos necessários para evitar problemas com os licenciamentos dos bares. A Confederação propôs à ASAE a criação de um grupo de trabalho para a elaboração de um manual de boas práticas. O manual está pronto e poderá ser disponibilizado pela Confederação. Podem também ser promovidas ações de sensibilização por todo o País.

Os dirigentes associativos foram ainda informados de que o Município de Loures irá promover uma ação sobre sensibilização para as boas práticas na área da higiene e qualidade alimentar ministrada por uma formadora da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto - Maria João Santos. Contudo, o número de inscritos até a data de realização do plenário era insuficiente (3), para a sua concretização.

O Vice-presidente sublinha o papel do Estado - Administração Central no apoio ao movimento associativo, do qual muitas vezes se demite. A responsabilidade não poderá ser assumida apenas pela estrutura autárquica, considerando que há entidades que têm que ter um papel mais ativo, os dirigentes associativos devem ter um papel reivindicativo em relação aos apoios, por exemplo.

A Câmara Municipal demonstrou disponibilidade em dar apoio jurídico no âmbito das competências do DCDJ, referindo a existência de uma jurista e de técnicos que acompanham o trabalho das associações.

Concluída a apresentação dos planos de trabalho das comissões específicas o Vice-presidente passou à apresentação do plano de atividades e orçamento municipal para 2015 e à apresentação da organização do município e da sua estruturação tendo em seguida prestado outras informações, nomeadamente:

- O papel do banco local de voluntariado que poderá ser considerado e discutido no próximo CMA. Quais as respostas dadas por este banco de voluntariado e o que é objetivamente possível.
- Como perspetivas para o próximo ano manter os apoios que agora são atribuídos e garantir um forte empenho no apoio ao movimento associativo, que não tem de ser necessariamente financeiro.

Relativamente à apresentação do Orçamento de 2015, José Falcão dos Bombeiros Voluntários de Bucelas, focou três pontos que considera importantes:

- Loures Parque – coloca em questão a pertinência de manter uma empresa municipal como a Loures Parque com 31 funcionários;
- A idade da população alvo das iniciativas para a população sénior, nomeadamente, passeios sénior, considerando que 55 anos é uma idade precoce para a participação nestas iniciativas. A



associação considera que se deveria avaliar a possibilidade de alterar o limite mínimo de participação para 60 ou 65 anos.

- Polícia municipal – questiona o papel/utilidade deste órgão.

No que concerne à Loures Parque o Vice-presidente, refere que os funcionários desta empresa se repartem entre o apoio administrativo e o trabalho de rua tendo à sua responsabilidade várias cidades.

A polícia municipal tem um papel limitado, de carácter essencialmente administrativo competindo-lhe sobretudo a fiscalização e não tanto a segurança dos cidadãos. É uma estrutura existente, mas que ainda não está em pleno funcionamento.

Em relação ao passeio sénior é uma sugestão que enriquece o debate sobre este assunto e será transmitida a quem tem esta responsabilidade.

Outras informações foram prestadas pelo Vice-presidente:

- Em relação ao plano de formação, há um conjunto de ações de formação (12) que foram canceladas por ser insuficiente o número de inscritos.

- Esta é uma oportunidade de as associações trabalharem no sentido de constituir uma comissão específica de acompanhamento da festa do associativismo, com o objetivo de aproximar esta iniciativa dos desejos das associações.

- No que se refere ao Portal do Movimento Associativo estão inscritas 90 associações. Há associações que não estão registadas e outras cuja informação não está atualizada, pelo que apelou à colaboração neste âmbito.

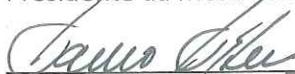
Rui Pinheiro, da ADAL, solicita informação sobre o que representou a festa do associativismo em 2014, quem e quantas associações participaram, entre outra informação. O Vice-presidente agendou este ponto na ordem de trabalhos da próxima reunião de plenário de Conselho Municipal do Associativismo.

Para finalizar, o Vice-presidente propôs que integrasse também a ordem de trabalhos do próximo plenário uma apresentação da Gesloures sobre a sua atividade e a possibilidade de se estabelecerem protocolos com o movimento associativo do concelho.



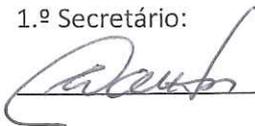
Sem mais assuntos, deu-se por encerrada a reunião de plenário.

Presidente da Mesa do Plenário



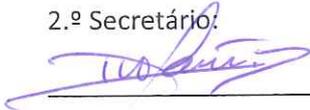
(Paulo Piteira)

1.º Secretário:



(Alfredo Santos)

2.º Secretário:



(Ivo Santos)

Loures, 27 de maio de 2015